ATA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO, DA 9ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUANÃ-TO, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2026.

Ata da sessão ordinária do dia 28 de maio de 2026, na Câmara Municipal de Araguanã, à hora regimental e havendo número legal, às oito horas e trinta minutos (08:30 horas), após presidente solicita ao vereador Jhon Lucas que conduza o momento de oração, em seguida, a vereadora Ângela Maria Sanches realize a leitura bíblica e chamada nominal dos vereadores, estando todos presentes.

O presidente então iniciou suas falas agradecendo a Deus pela oportunidade de todos estarem reunidos naquela sessão legislativa. Ele cumprimentou os vereadores, servidores da Câmara, autoridades presentes, ex-vereadores, lideranças políticas e membros da comunidade que lotaram o plenário. Entre os presentes citados estavam o ex-vice-prefeito e ex-vereador Fábio do Osmar, o ex-presidente da Câmara João Filho, o ex-presidente Valdinar Bilac, o Capitão Araújo, educadores do município e diversos moradores da cidade.

O presidente destacou que era uma satisfação ver a Casa Legislativa cheia e ressaltou que a democracia permite o diálogo e o debate entre diferentes opiniões. Em sua fala, reforçou que cada vereador possui sua própria forma de pensar, mas que todos têm como objetivo o bem do município. Também fez um apelo à população para que houvesse respeito nas manifestações, especialmente nas redes sociais e grupos de WhatsApp, afirmando que muitas vezes as críticas ultrapassam os limites e esquecem que atrás de cada agente público existe uma família. Ele pediu cautela nas palavras e reforçou que ninguém naquela Casa desejava prejudicar Araguanã.

O presidente ainda comentou sobre o projeto de lei relacionado à doação de um terreno público para instalação de empreendimento turístico, afirmando que, como presidente da Câmara, não deixaria de pautar nenhum projeto encaminhado pelo Poder Executivo. Explicou que sua obrigação era apresentar as matérias ao plenário, cabendo aos vereadores decidirem o futuro das propostas por meio da votação. Ressaltou ainda que o prefeito, assim como qualquer cidadão, possui qualidades e defeitos, mas que todos estavam tentando trabalhar em favor do município. Informou também que o projeto possuía pareceres divergentes das comissões da Casa, o que seria debatido ao longo da sessão.

Após a aprovação da ata da sessão anterior, foi realizada a leitura da Ordem do Dia.

- Leitura e apreciação do parecer das comissões do PL 006/2026 que autoriza a doação de terreno para a instalação de empreendimento turístico.

- Leitura e apreciação do parecer das comissões do PL 008/2026 que inclui o evento Trilhão da fé no calendário oficial de eventos do município.
- Leitura e apreciação do parecer das comissões do PL 005/20226 que institui no âmbito muin. de Araguanã Programa Mun. de Transporte Social para atendimento essencial.
- Leitura e apreciação do parecer das comissões do PL 007/2026 dipoe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos da Adiministração Direta do quadro Geral.

Após o presidente cede o uso da palavra durante 5 minutos aos vereadores. O vereador Murilo Souza Leite iniciou sua fala agradecendo a presença do público e parabenizando o presidente pela postura de não esconder projetos da população. Contudo, declarou-se contrário ao projeto de doação do terreno público, argumentando que a matéria havia chegado recentemente à Câmara e estava sendo votada de forma acelerada. Segundo ele, o projeto estava vago e sem explicações suficientes, já que nem o empresário beneficiado, nem representantes do Executivo haviam comparecido à Câmara para apresentar detalhes sobre o empreendimento.

Murilo afirmou que não era contra o desenvolvimento do município, mas defendia que os projetos fossem mais transparentes e melhor planejados. Criticou o fato de o terreno ser considerado uma área nobre e destacou que Araguanã ainda enfrenta problemas antigos, como a falta de uma nova área para cemitério. O vereador declarou que não aceitaria a doação do patrimônio público sem maiores esclarecimentos e reforçou que lutaria para proteger os interesses do município.

A vereadora Ângela Maria, em sua fala, ressaltou a importância do respeito às opiniões divergentes e afirmou que, ao ocupar um cargo público, o político deve estar preparado tanto para elogios quanto para críticas. Ela comentou sobre o potencial econômico de Araguanã, especialmente na área da piscicultura e comercialização de peixes, citando sua própria experiência no setor. Segundo a vereadora, o município possui grande capacidade de crescimento e desenvolvimento econômico, principalmente ligado ao turismo e ao comércio.

O vereador Jhon Lucas Morais também utilizou a tribuna para defender o projeto de instalação do empreendimento turístico. Ele afirmou que Araguanã precisa incentivar empresas e atrair investimentos para gerar empregos e fortalecer a economia local. O parlamentar destacou que muitas cidades grandes começaram pequenas e cresceram graças aos incentivos ao setor privado. Segundo ele, o município sofre com a falta de hotéis e estrutura para receber turistas, principalmente durante a temporada de praia.

Jhon Lucas argumentou que a chegada de um hotel poderia gerar empregos diretos e indiretos, movimentando diversos setores da economia, como

restaurantes, bares, comércio e serviços. Ressaltou ainda que os vereadores possuem autonomia para apresentar emendas e estabelecer condições ao projeto, como prazos para execução da obra e devolução da área ao município caso o empreendimento não fosse realizado. Para o vereador, impedir a instalação da empresa seria perder uma oportunidade de crescimento econômico para Araguanã.

O ex-vereador e ex-vice-prefeito Fábio do Osmar utilizou a tribuna em nome da sociedade. Em sua manifestação, declarou ser contrário à doação do terreno público, alegando que a área possui grande importância histórica para o município. Segundo ele, o local foi alvo de muitas disputas judiciais e políticas até retornar ao patrimônio público municipal. Fábio defendeu que a área fosse utilizada para obras públicas e projetos permanentes voltados à população, e não entregue à iniciativa privada.

Ele também afirmou que Araguanã possui outras áreas disponíveis que poderiam ser destinadas a empreendimentos privados, sem necessidade de abrir mão de um patrimônio considerado estratégico. Destacou ainda que o desenvolvimento do município deve acontecer com transparência e diálogo com a população, ressaltando que os vereadores representam os interesses do povo e precisam agir com responsabilidade.

O vereador Gabriel Rosa também se posicionou contra o projeto, afirmando que não conhecia o empresário beneficiado e que a empresa interessada deveria comparecer à Câmara para explicar detalhadamente o empreendimento. Segundo ele, não seria correto votar um projeto dessa importância sem esclarecimentos adequados à população e aos parlamentares.

Na sequência, foram apresentados os pareceres das comissões sobre o projeto de doação do terreno. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, enquanto a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização apresentou parecer desfavorável. O parecer contrário foi submetido ao plenário e acabou rejeitado pela maioria dos vereadores. Com isso, o projeto continuou tramitando na Câmara.

O presidente explicou que o terreno ainda não havia sido aprovado para doação e que apenas o parecer contrário havia sido derrubado, permitindo a continuidade da tramitação do projeto. Também afirmou que buscaria diálogo com o Executivo e com os representantes da empresa antes da votação definitiva da matéria, para evitar desgastes e garantir maior esclarecimento à população.

Em seguida, foi apreciado o Projeto de Lei que incluía o evento "Trilhão da Fé" no calendário oficial do município. O vereador Murilo destacou que o evento já se tornou tradicional em Araguanã e movimenta significativamente a economia local, beneficiando comerciantes, vendedores ambulantes e o setor de turismo. A vereadora Ângela Maria afirmou que eventos esportivos são importantes para o

município e declarou apoio à iniciativa. O projeto 08/2026 foi aprovado por unanimidade.

Após foi apreciado e aprovado o Projeto de Lei 05/2026 que institui o Programa Municipal de Transporte Social, de autoria do vereador Jhon Lucas Morais. O parlamentar explicou que o programa visa disponibilizar transporte semanal gratuito para moradores que precisam se deslocar até Araguaína para resolver questões bancárias, previdenciárias e de saúde. Segundo ele, muitas famílias carentes não possuem condições financeiras para custear as viagens.

Os vereadores elogiaram a iniciativa, destacando a importância social do projeto. Murilo Souza Leite afirmou que o programa surgiu após diversas viagens realizadas para auxiliar moradores durante o fechamento de agências bancárias da região. A vereadora Ângela Maria também parabenizou João Lucas pela iniciativa e ressaltou que críticas fazem parte da vida pública, mas servem para fortalecer o trabalho dos parlamentares.

Por fim, foi colocado em votação o projeto de lei 07/2026 de revisão geral anual dos salários dos servidores públicos municipais. O presidente destacou que o reajuste salarial é um direito dos servidores e reforçou a importância do trabalho dos vereadores na aprovação de leis que beneficiem os trabalhadores do município. O projeto foi aprovado por unanimidade.

Encerrando a sessão, o presidente agradeceu a presença da população, dos vereadores e das autoridades presentes. Reforçou a importância do respeito às normas do regimento interno e convidou todos para participarem da sessão do dia seguinte. Sem mais, lavrei e assino a presente ata junto com os vereadores após aprovação na Sala de Sessões em 28 de maio de 2026.

Secretária: Kamila Fernandes Teixeira

Arly Cassia Pereira de Souza
Veradora

Ângela Maria Sanches Pereira
Vereadora

Cicero Alves Sousa
Vereador

Francisco Jeronimo de Sousa Silva
Vereador

Gabriel Rosa Alves
Vereador

Jhon Lucas Morais Santos
Vereador

Juairam Borges Távora
Vereador

Jussy Junior Pinto da Silva
Vereador

Murilo Sousa Leite
Vereador